Pesquisa de opinião pública na Guiné-Bissau: Destaques e metodologia

Miguel Carter

Vozes do Povo: Sociedade, política e opinião pública na Guiné-Bissau
Miguel Carter e Carlos Cardoso, organizadores
Bissau: DEMOS, 2021.
Primeira impressão, janeiro 2024.

© 2021 União Europeia. Todos os direitos reservados.
Esta publicação foi produzida com o apoio financeiro da União Europeia. O seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade dos autores e não reflete necessariamente a posição da União Europeia.

PARTE I

Vozes do Povo
O Estudo e Resultados

1

Pesquisa de Opinião Pública na Guiné-Bissau: Destaques e Metodologia

Miguel Carter

A iniciativa Vozes do Povo nasceu com a ideia de realizar a primeira pesquisa de opinião pública da Guiné-Bissau. O inquérito de 2018 adotou um padrão científico internacional, baseado na metodologia e no questionário do Afrobarometer. A consulta efetuada junto ao povo guineense abarcou uma grande variedade de assuntos relacionados com a vida social e pública do país, incluindo o desempenho do governo. Como desdobramento desta iniciativa, em 2019, empreendeu-se uma nova investigação com três componentes: uma pesquisa de mineração e análise dos resultados da sondagem, um estudo de grupos focais, e uma comparação entre a opinião pública na Guiné-Bissau e outros países africanos.

Este capítulo apresenta uma breve sinopse das informações produzidas pelas quatro pesquisas e explica a metodologia científica utilizada em cada estudo. A riqueza do material empírico gerado pelo projeto Vozes do Povo é notável. Ela permite aprofundar a reflexão sobre a Guiné-Bissau a partir das constatações e inquietudes populares, e assim desenvolver estratégias em favor de uma agenda democrática. Isso nos permitiu avançar no espírito com o qual DEMOS, a entidade organizadora da iniciativa, empreendeu a missão de criar instrumentos para dar voz e ouvir as vozes do povo.

DESTAQUES

Duas das quatro pesquisas realizadas no âmbito deste projeto foram efetuadas com a participação direta do povo guineense. A sondagem de 2018 envolveu uma amostra nacional de 1.184 pessoas e o estudo de grupos focais, realizado a finais de 2019, 89 pessoas. Em ambos os casos trabalhou-se com guineenses oriundos de diversos pontos do país e de variadas condições de vida. Durante ambas as experiências foi possível constatar que a grande maioria dos guineenses não tem receio de falar e opinar sobre seu país – e muitos gostam de fazê-lo. Na sondagem de opinião pública 91% dos entrevistados sentiram-se à vontade durante o inquérito de quase uma hora de duração, 8% sentiram-se mais ou menos à vontade, e só 1% manifestaram desconfiança.

Nos grupos focais, as conversas foram animadas e demonstraram a capacidade de deliberação dos participantes, independentemente do seu nível de instrução. Muitos, inclusive, revelaram familiaridade com acontecimentos em outras partes do mundo, particularmente no continente africano. Em todas estas pesquisas foi possível apreciar elementos de consistência nas afirmações e opiniões fornecidas pela população. Tudo isto nos permite constatar que o povo guineense tem uma compreensão incisiva e coerente da sua realidade social e política.

A seguir, apresentamos algumas pinceladas do conhecimento desenvolvido pela iniciativa Vozes do Povo, salientando questões relacionadas com três eixos temáticos: (1) o país, governação e Estado; (2) a política, regime e partidos; e (3) a sociedade.

País, Governação e Estado

Existe uma sensação generalizada de mal-estar na Guiné-Bissau: 82% da sua população afirma que o país está na direção errada. Enquanto 74% acreditam que a economia está indo mal ou muito mal. Nenhum outro país na região da CEDEAO exprime os níveis de descontentamento, baixas condições de vida e clima de insegurança pessoal retratados pelo povo guineense. Há, no meio da população, um grande receio pela condução do país.

A crítica da população sobre a governação do país é sustentada por vários elementos detetados na pesquisa, entre eles:

- *As condições de vida precárias da maioria da população*. No ano que precedeu a sondagem de 2018, uma em cada quatro pessoas teve dificuldades crónicas para se alimentar, enquanto metade da população tinha sérias limitações no acesso à água potável. Além disso, 38% dos entrevistados indicaram não ter completado a escola primária ou não ter qualquer instrução.

- *Um sentimento generalizado de injustiça que gera desconfiança*. Na Guiné-Bissau, 81% da população acredita que a distribuição de riqueza no seu país é injusta. Enquanto isso, 88% pensam que o país está governado por alguns grupos poderosos em benefício próprio e não para o bem de todo o povo. Isto tem semeado uma desconfiança muito elevada em relação às instituições e autoridades públicas, entre elas, os funcionários das Finanças (70%), a Assembleia Nacional (68%), governadores (67%), administradores municipais (66%), e o primeiro-ministro (61%). As forças armadas (34%) seriam a exceção a esta regra.

- *A ausência generalizada do Estado na vida da maioria das pessoas.* No ano anterior à pesquisa, a maior parte da população não teve contato com os tribunais (86%), a polícia (79%), as agências de serviços de eletricidade e água (78%) e os funcionários das escolas públicas (62%). Ao todo, 64% da população disse que se sentia abandonada pelo Estado. O sofrimento do povo e o abandono pelo Estado promovem a indignação popular.

- *Um contexto de corrupção*. Isto é alimentado por altas perceções de corrupção entre os líderes políticos (59%), funcionários do Ministério das Finanças (53%), legisladores (51%), empresários (45%), o primeiro-ministro e seu gabinete (44%), magistrados (43%) e governadores (42%). Entre os cidadãos que tiveram contato com instituições públicas, os níveis mais altos de pequena corrupção foram registados nos tribunais, onde 32% dos usuários alegaram ter pagado subornos, seguido por 28% que disseram ter oferecido 'dádivas' à polícia.

- *A perceção de abuso de poder pelos atores dominantes.* Metade da população acredita que o Presidente ignora regularmente a Constituição e a Assembleia Nacional. Além disso, 88% dizem que os partidos políticos estão mais interessados em servir seus próprios interesses do que servir os interesses do povo (7%).

- *A insatisfação geral com a atuação do governo* em todas as frentes. Pelo menos quatro em cada cinco cidadãos disseram estar insatisfeitos com os esforços do governo para criar empregos, melhorar as condições de vida dos pobres, fornecer eletricidade e água, garantir alimentação adequada, administrar a economia, manter as estradas, e oferecer serviços de educação e saúde. Comparada com os outros países da CEDEAO, a Guiné-Bissau aparece com o pior ranking na avaliação da sua gestão pública.

Há uma sensação de fracasso em relação ao projeto de nação numa parcela expressiva da população. A degradação política depois da luta pela independência trouxe muita deceção. A extensa pobreza, a instabilidade crónica da vida política, a indiferença do Estado, a corrupção e a impunidade geram uma forte aflição popular. Tudo isso tem estimulado uma sensação de derrota e profunda frustração quanto à possibilidade de construir um país soberano e mais justo.

A deceção popular revela o desejo de ter um Estado honesto, efetivo e confiável, capaz de fornecer serviços públicos adequados, sobretudo na educação e na saúde. Há também um sentimento popular em favor de um Estado de Direito que garanta a igualdade da lei para todos. Entre os guineenses, há uma ampla concordância de que as pessoas devem obedecer sempre às decisões dos tribunais (88%), aos esforços policiais para manter a lei (84%), e que os políticos que roubam devem ir para a prisão (94%).

Política, Regime e Partidos

Embora apenas metade da população pudesse entender a palavra "democracia", uma clara maioria identificou-se com valores associados a essa forma de governo. Os cidadãos da Guiné-Bissau concordaram com a importância de:

- Proteger as liberdades básicas de associação (71%) ao invés de favorecer os controles do governo (20%).
- Defender o direito de protestar (75%) em vez de apoiar as restrições do Estado (18%).
- Realizar eleições regulares, livres e honestas (73%) ao invés de adotar outras formas de escolher as autoridades públicas (22%).
- Manter a pluralidade de partidos (61%) ao invés de achar que os partidos criam divisão e são desnecessários (35%).
- Defender a obrigação do Presidente de obedecer às leis e aos tribunais (66%) em vez de não estar submetido às normas legais e decisões judiciais (27%).

A adesão à democracia na Guiné-Bissau é ampla, mas superficial. Ela tem o apoio mais consistente de 62% da população. No entanto, só 20% partilham dos valores democráticos de maneira mais intensa. Entre os guineenses, a rejeição do autoritarismo é mais forte do que a adesão às normas democráticas. Em cada cinco pessoas, quatro repudia a possibilidade de ter um regime autoritário, seja uma junta militar (80%), de um partido único (77%), ou uma presidência autocrática (82%).

O apoio mais precário à democracia se nutre da falta de formação cívica e acesso a conhecimentos elementares sobre a democracia. Metade da população desconhece a palavra "democracia", tendência acentuada entre as pessoas com pouca ou nenhuma instrução. Esta situação é agravada pela fragilidade da matriz liberal da democracia, em especial o Estado de Direito e proteção da dissidência. Na visão de muitos guineenses, a ineficácia da Justiça e a impunidade exacerbam a corrupção e a desigualdade: 59% do povo tem pouca ou nenhuma confiança nos tribunais judiciais. Todavia, mais de um quarto da população (27%) teria poucos reparos a fazer ao abuso do poder presidencial, numa proporção maior àquilo observado em toda a África Ocidental, com a exceção do Níger.

A relutância em fazer exigências ao governo é marcante na Guiné-Bissau. Um terço da população acha que um bom cidadão não deve apresentar reclamações aos responsáveis do governo. Nenhum outro país da região exibe uma cidadania tão avessa a apresentar uma petição em grupo às autoridades, denunciar um problema nos meios de comunicação, pedir ajuda ao governo, ou participar num ato de protesto. Esta situação se deve a vários fatores, entre outros o descrédito do Estado, certo medo a ser reprimido, e a falta de apreço pela dissidência. Por sobretudo, prima o facto de ser muito difícil articular a demanda social quando se desconfia da capacidade de resposta das instituições públicas.

As afinidades entre o apreço pela democracia e o engajamento cívico, a tolerância religiosa e o apoio aos direitos das mulheres são notáveis. Na Guiné-Bissau, três em cada quatro pessoas com uma participação cidadã mais ativa tem uma orientação mais alta em favor da democracia. Metade das pessoas com uma adesão mais alta à democracia tem uma orientação religiosa ecuménica e tolerante – quatro vezes mais que as pessoas suscetíveis ao sectarismo religioso. Ademais, metade dos guineenses simpatiza com uma democracia igualitária entre homens e mulheres. No meio dos cidadãos mais democráticos, cinco em cada seis apoia a igualdade de género.

O povo da Guiné-Bissau percebe que o seu país oferece liberdades políticas importantes: 70% dos guineenses afirmam que são totalmente livres para dizer o que querem e 75% para votar sem qualquer pressão. Comparado com os países da região, um segmento significativo da população da Guiné-Bissau acompanha as notícias e dialoga sobre assuntos políticos: 36%, o dobro da média da CEDEAO. No entanto, três em cada quatro habitantes estão insatisfeitos com o processo democrático.

Apesar do mal-estar com a política nacional, uma parte expressiva da população exibe claras preferências partidárias. Sete em cada dez guineenses identifica-se com um partido político, proporção ultrapassada na região da CEDEAO apenas pela Serra Leoa. A maioria, em 2018, tinha afinidade com o partido que impulsionou a independência nacional, o PAIGC (42%), seguido pelo PRS (21%) e outros partidos e movimentos políticos (7%). Comparada a outros países da África Ocidental, a Guiné-Bissau exibe os índices mais altos de votação e participação nas campanhas eleitorais.

A credibilidade dos atores da sociedade civil é maior que a dos partidos políticos, ainda com a alta identificação partidária do povo. O povo deposita maior confiança em líderes religiosos (68%), ONGs (65%), órgãos noticiosos (46%), e movimentos da sociedade civil (46%) do que em partidos políticos, como o PAIGC (38%), PRS (29%) e outros (14%).

A política partidária contribui para a integração nacional, mas é vulnerável à politização étnica. Quase 7% dos guineenses têm uma atuação partidária intensa. Esta militância envolve e integra pessoas de distintas condições sociais e regiões do país. Entre estes ativistas, 83% têm uma participação religiosa assídua. Cinco em cada sete militantes partidários são muçulmanos, e dois são cristãos. O eleitorado, por sua vez, tem certa tendência a valorizar líderes e apoiar determinados partidos por identidade étnica. Este sentimento tribal, contudo, não parece ser predominante no cenário nacional. Mas, ainda assim, não deixa de ser um risco latente na política guineense.

Há uma forte preocupação no meio popular com a degradação política e a instabilidade crónica do país. Na ótica da maior parte da população, esta situação torna o Estado incapaz de promover o desenvolvimento do país. As disputas políticas, para muitos guineenses, fomentam a desconfiança e divisões na sociedade, e podem levar à violência. Elas exacerbam os problemas de corrupção, impunidade e a desigualdade, sobretudo no que diz respeito à lei. Tudo isto gera uma sensação de impotência, ressentimento e resignação. Na África Ocidental não há um país que

demonstre o nível de inquietação pelo risco de hostilidade política detetado na Guiné-Bissau, onde 87% do povo pensa que a rivalidade entre os partidos pode conduzir a conflitos violentos.

A alta disposição entre os guineenses em favor da emigração tem a ver com a pobreza, a falta de desenvolvimento e a indignação com a governação do país. Metade da população (48%) pensou bastante em mudar-se para outro país. Na África Ocidental, esta proporção é superada apenas por Cabo Verde (50%).

Sociedade

No meio das incertezas políticas do país, há várias qualidades que explicam a resiliência da sociedade guineense, e dão conta da principal força de estabilidade no país. Estas qualidades incluem a pujança da vida comunitária, a tolerância social, a alta confiança entre pessoas próximas, um etos igualitário, e o sentido de pertença nacional.

As entidades próximas da vida comunitária suscitam maior estima. Os guineenses sentem que os conselhos de anciãos da comunidade (63%), as associações comunitárias (58%), ONGs (53%) e entidades religiosas (46%) são mais úteis para as suas comunidades do que os partidos políticos (17%). Da mesma forma, a aprovação do chefe de tabanca (aldeia) ou líder comunitário (72%) é muito maior do que a do deputado nacional (26%), ou dos agentes do Estado como o administrador local (34%) ou o governador (33%).

A participação em entidades sociais é mais alta no meio religioso (58%) e comunitário (42%), e menor, mais ainda relevante, no meio sindical e das associações agrícolas (23%). Este engajamento é mais forte entre os homens, sobretudo de meia idade (30 a 49 anos). A atuação comunitária, de modo geral, é mais intensa no âmbito rural do que nas cidades.

A Guiné-Bissau é um país de ampla diversidade étnica e religiosa. Os maiores grupos étnicos são os Fulas (25%), Balantas (20%), Mandingas (14%), Papéis (11%) e Manjacos (10%), entre 26 etnias e línguas distintas. A maioria dos habitantes é muçulmana (49%) e cristã (38%), e em menor medida animista (9%). Contudo, nas duas principais religiões, sabe-se que há elementos de sincretismo religioso com as tradições africanas.

A tolerância social em questões de convivência inter-religiosa e étnica é notável. Nove entre dez guineenses disseram que gostariam ou não se importariam de ter alguém de outra religião ou grupo étnico como vizinho. A grande maioria transmitiu um sentimento semelhante em relação aos imigrantes (77%). Esta capacidade de convivência social entre gente diferente perpassa todos os países da África Ocidental.

A homossexualidade, contudo, é uma clara exceção. Ainda assim, a Guiné-Bissau exibe uma tolerância maior (21%) que no resto da África Ocidental, onde a tolerância média é de 15%. A clara ressalva aqui é Cabo Verde, país no qual 80% do povo tem uma disposição mais liberal.

Na opinião pública guineense operam dois princípios distintos de tolerância. Um deles está associado a ideias próximas à modernidade liberal e à proteção da liberdade de expressão e o direito à dissensão. A outra vem de uma tradição não liberal, comunitária na sua origem, e vinculada à longa história de convivência interétnica e religiosa. Na Guiné-Bissau, um terço das pessoas com alta tolerância social tem pouca ou nula adesão à democracia. Por outro lado, perto de metade das pessoas com alta intolerância social estão entre os apoiantes mais firmes da democracia. Esta inconsistência, do ponto de vista liberal-democrático, denota uma matriz liberal fragilizada.

A vida religiosa tende a diminuir o risco de sectarismo e propiciar a tolerância social. Na Guiné-Bissau, as pessoas mais tolerantes tendem a ser mais religiosas. Aqueles com uma atuação religiosa são três vezes mais proclives a ser tolerantes do que os sectários. Entre aqueles com pouco ou nenhum engajamento religioso, cerca de metade (45%) tem risco de adotar atitudes mais sectárias. Inclusive, neste país, a comunidade mais religiosa tende a ser menos discriminatória dos homossexuais do que as pessoas mais seculares. Entre as três principais religiões da Guiné-Bissau, a comunidade muçulmana é a que exibe uma disposição mais favorável à convivência ecuménica.

A predominância da confiança grupal é percetível. Na Guiné-Bissau, sete em cada dez pessoas têm confiança nos familiares, amigos, vizinhos, e pessoas próximas. Só um terço do povo tem uma confiança social mais alta, ou seja, de alcance geral. Combinando ambos os tipos de confiança, grupal e social, temos que um quarto da população (27%) tem uma confiança interpessoal alta, e um quarto (23%) tem uma confiança baixa. A confiança é um ativo mobilizador na sociedade guineense. Pessoas com maior confiança tendem a participar mais na vida cívica. Os que têm pouca confiança têm um engajamento mais fraco. A modo de ilustração, entre os militantes partidários, 88% apresentam uma confiança elevada.

A maioria dos guineenses exibe um etos igualitário que gostaria de ver refletido em várias dimensões da vida pública. Muitos sublinham a necessidade de evitar grandes diferenças entre ricos e pobres (60%), e preferem pessoas comuns como líderes (72%) em vez de ricos (24%). A maioria também concorda com a ideia de que os líderes não deveriam favorecer seus familiares e o seu grupo (64%), enquanto um segmento menor da população pensa que tem a obrigação de apoiá-los (29%). Além disso, entre os guineenses há uma forte adesão à ideia da igualdade perante a lei, e intensa irritação (80%) quando esta é subvertida.

O apoio à igualdade de direitos de género na Guiné-Bissau reflete o mesmo etos igualitário. A grande maioria da população opina que as mulheres deviam ter as mesmas oportunidades que os homens para serem eleitas aos cargos públicos (78%). Ter direitos iguais e receber o mesmo tratamento que os homens (78%) ao invés estar sujeitas a leis e costumes tradicionais (18%). E de ter os mesmos direitos de herdar a terra do que os homens (85%). Nestas disposições, a nação guineense está entre os países mais avançados da África Ocidental.

A maioria da população aceita a mudança nas relações de género e é ciente das inequidades históricas que precisam de ser ultrapassadas. As tradições culturais, o trato dispensado nas famílias e o acesso desigual à educação conspiram contra a equidade. Na Guiné-Bissau, dois terços das pessoas sem instrução formal são mulheres. A habitual marginalização das mulheres do âmbito cívico reforça esta situação. Sete em cada dez guineenses que vivem desligados da vida pública são mulheres: 61% das mulheres dialogam pouco ou nada sobre política, comparado ao 43% dos homens. Entre os ativistas partidários, só uma em cada três militantes é mulher. A luta por efetivar os princípios de igualdade de género enfrenta grandes obstáculos. Mas o apoio popular a este ideal é uma alavanca em favor da mudança social.

Os guineenses têm um amplo sentido de pertença nacional: 91% sentem-se ligados ao seu país. Apenas uma pequena minoria, menos instruída, diz que sua identidade étnica é mais forte do que a nacional (9%).

A forte preocupação com a degradação ambiental do país salienta a relação entre território e identidade nacional. Para a esmagadora maioria dos guineenses (94%), a extração ilegal de madeira constitui um grande problema. O mesmo sentimento existe com relação às práticas

abusivas de pesca (90%), a poluição por lixo plástico (84%), a extinção de animais silvestres (82%) e as mudanças climáticas (82%). Quanto a este último ponto, 65% do povo pensa que as mudanças climáticas têm afetado a agricultura de forma negativa.

Todas estas constatações empíricas produzidas entre 2018 e 2021 dão conta da riqueza do acervo de dados criado pela iniciativa Vozes do Povo.

METODOLOGIA DAS PESQUISAS

Esta seção apresenta uma descrição da metodologia utilizada para desenvolver cada uma das quatro pesquisas realizadas no âmbito do projeto Vozes do Povo: o inquérito de opinião pública de 2018, a mineração e análise de dados, os grupos focais, e a comparação entre Guiné-Bissau e outros países africanos. A mais extensa e detalhada explicação é a do estudo de mineração e análise de dados, por ser esta a mais complexa e inovadora das investigações realizadas.

Inquérito de Opinião Pública

A sondagem de opinião realizada em 2018 foi inspirada no trabalho do Afrobarometer – a principal agência de pesquisa de opinião pública de África – e executada por uma equipa de profissionais experientes, reunidos por DEMOS. O inquérito Vozes do Povo teve cinco componentes principais: (1) o desenho do questionário de pesquisa, (2) a preparação da amostra do inquérito, (3) o levantamento de dados, (4) a digitalização e verificação de resultados da pesquisa, e (5) a ponderação dos resultados da sondagem.

1. **O questionário da pesquisa** baseou-se principalmente em perguntas formuladas pelo Afrobarometer para a solvência científica e a comparação com outros países. No total, foram formuladas 340 perguntas, subperguntas, e observações sobre as condições de vida, perceções e opiniões sobre a governação do país. A grande maioria das perguntas foram da sexta ronda do Afrobarometer, realizada entre 2016 e 2018, e outras de rondas anteriores. O inquérito também incluiu algumas perguntas originais. O questionário foi preparado em português e na língua franca da Guiné-Bissau, o crioulo. Mais de 90% dos inquéritos foram realizados em crioulo; o resto em línguas locais – fula, balanta, mandinga, papel, manjaco, mancanha, biafada, bijagó – por pesquisadores fluentes nessas línguas. Os 22 inquiridores selecionados para efetuar a pesquisa tiveram seis dias de formação.
2. **A amostra do inquérito** foi preparada por um consultor internacional experiente, Nafiou Inoussa, em colaboração com o Instituto Nacional de Estatística da Guiné-Bissau. Ele utilizou os dados do censo nacional de 2009 para elaborar a amostragem, seguindo os critérios adotados pelo Afrobarometer.[1] Isso permitiu gerar uma amostra de 1.200 pessoas, por estratos da população – região, género e local de morada (urbano/rural) – em 150 distritos de todo país. O desenho da sondagem fez uma escolha aleatória de sectores, distritos, bairros, tabancas, agregados e pessoas. De tal forma que, em princípio, todos os cidadãos guineenses de 18 anos ou mais tiveram a mesma oportunidade de ser entrevistados.
3. **O levantamento de dados,** juntamente com a sua digitalização, foi externalizado para uma empresa local, a Soluções Gbiss. Questionários de pesquisa foram aplicados (em formato papel) em 148 distritos censitários, selecionados aleatoriamente em todo o país, pela equipa

[1] Afrobarometer (2014); Bratton, Mattes e Gyimah-Boadi (2005).

de pesquisadores. Este trabalho de campo foi realizado entre 17 de junho e 8 de julho de 2018 e envolveu viagens para várias partes remotas e isoladas do país. Neste tempo, mais de 30 pessoas foram mobilizadas para realizar o inquérito.

4. **Os resultados da pesquisa foram digitalizados e verificados** duas vezes para corrigir omissões e limpar o banco de dados, atividade que exigiu uma atenção diligente. Neste processo foi constatada a falta de dados em duas localidades rurais, uma na região Sul e a outra na região Norte. A amostra final, portanto, teve 1.184 entradas válidas (16 a menos que a meta original), uma margem de erro de 2,85% e níveis de confiança de 95%. Dos 148 distritos pesquisados, 42 estavam em Bissau e 106 no interior. Dos pesquisados, 53% eram mulheres e 47% homens, uma diferença de 1% em relação à população real.

5. **O resultado definitivo da sondagem foi calculado com base numa ponderação** realizada com um fator de ajuste demográfico para a população de 18 anos ou mais. A amostragem estabeleceu sete estratos da população, usando critérios científicos e dados do censo de 2009. Cada estrato teve um peso demográfico distinto, determinado pelo tamanho real da população. Assim, o valor ponderado de cada entrevista acabou refletindo o peso da pessoa entrevistada neste estrato, dentro da amostra tomada como imagem da Guiné-Bissau.

Ao longo de todo este empenho, DEMOS assumiu um firme compromisso com três valores cardinais da atividade científica: o rigor metodológico, a transparência, e a responsabilidade ética em discernir a verdade dos factos.

Mineração e Análise de Dados

Os índices da pesquisa Vozes do Povo foram construídos para aprofundar o conhecimento da realidade social e política da Guiné-Bissau, a partir das perceções, opiniões e valores da sua população. Para esta tarefa, priorizou-se uma metodologia quantitativa. Isto levou a uma investigação minuciosa da base de dados da sondagem de opinião pública realizada em 2018.[2]

Esta atividade desenvolveu-se em cinco partes. Primeiro, foram elaborados critérios conceituais para definir os índices e seus componentes, com o apoio de diversos instrumentos estatísticos. Depois, fez-se a codificação de cada resposta oferecida às perguntas do questionário da sondagem Vozes do Povo, seguindo uma escala de pontuação. Isto permitiu a agregação das variáveis numa série de subíndices, sobre a qual foram elaborados os índices principais da pesquisa. Para facilitar a análise de toda esta informação, foram feitos recortes em cada subíndice, subcategoria e índice criado. Finalmente, realizaram-se vários cruzamentos estatísticos com os dados produzidos pela pesquisa.

O trabalho conceitual e estatístico com 158 perguntas do questionário Vozes do Povo permitiu criar 55 índices, subíndices, subcategorias e cruzamentos especiais, detalhados abaixo. Junto com os índices, foi preparada uma série de indicadores demográficos e identitários, com variáveis relacionadas com temas de género, idade, nível de educação, local de residência – urbano/rural e grande região –, grupo étnico, religião e orientação partidária.[3] A seguir, o estudo oferece uma sinopse dos passos tomados para desenvolver esta pesquisa, a mais complexa e original da iniciativa Vozes do Povo.

---

[2] A pesquisa de mineração e análise de dados foi concebida e coordenada por Miguel Carter, e desenvolvida com a assessoria estatística de Nafiou Inoussa, o apoio técnico de Mario Costa e José Gutiérrez, e consultas com Carlos Cardoso.

[3] A revisão detalhada da metodologia desenvolvida pode-se encontrar em Carter (2021), Anexo D.

Vozes do Povo: Estudo estatístico. Índices, subcategorias e subíndices	
Descritivo	**Tipo de Variável**
Estratos Sociais - Sem Educação	**Índice**
Estratos Sociais - Com Educação	**Índice - Alternativo**
Poder Aquisitivo	Subíndice
Estrutura da Residência	Subíndice
Meios Modernos de Comunicação	Subíndice
Satisfação de Necessidades Básicas	Subíndice
Educação	Subíndice
Adesão à Democracia	**Índice**
Responsabilização dos Governantes	Subíndice
Liberdade de Expressão e Associação	Subíndice
Liberdade de Escolha Política	Subíndice
Preferência pela Democracia	Subíndice
Rejeição da Autocracia	Subíndice
Engajamento na Vida Pública	**Índice**
Engajamento na Vida Pública - Alternativo	**Índice - Alternativo**
Relacionamento com o Poder Público	**Subcategoria**
Contacto com Autoridades	Subíndice
Contacto com o Estado	Subíndice
Ações de Cidadania	**Subcategoria**
Participação na Campanha Eleitoral	Subíndice
Participação Social e Política	Subíndice
Reclamações Feitas ao Governo	Subíndice
Deliberação Pública	**Subcategoria**
Acesso às Notícias	Subíndice
Diálogo sobre a Política	Subíndice
Militância Partidária	**Apêndice**
Atuação num Partido Político	Subíndice
Participação na Campanha Eleitoral	Subíndice
Contacto com Autoridades	Subíndice

O Índice de Engajamento na Vida Pública reflete a média das três subcategorias – relacionamento com o poder público, ações de cidadania e deliberação pública. O Índice Alternativo é a média dos sete subíndices.
O apêndice, Militância Partidária, não está incluído nestes índices.

Vozes do Povo: Estudo estatístico. Índices, subcategorias e subíndices	
Descritivo	**Tipo de Variável**
Coexistência Social	**Índice**
Coexistência Social - Alternativo	**Índice - Alternativo**
Confiança	**Subcategoria**
Confiança Social ou Geral	Subíndice
Confiança Interétnica e Religiosa	Subíndice
Tolerância	**Subcategoria**
Tolerância Inter-Religiosa e Étnica	Subíndice
Tolerância em Questões Sexuais	Subíndice
Tolerância ao Forasteiro	Subíndice
Paz	**Subcategoria**
Segurança e Integridade Física	Subíndice
Opção pela Não Violência	Subíndice
Paz no Ambiente Pessoal	Subíndice
Paz no País	Subíndice
Confiança Grupal	**Apêndice**
Confiança Social e Grupal	**Cruzamento**
Igualdade Social	**Índice**
Igualdade de Género	Subíndice
Igualdade no Ambiente e Trato Social	Subíndice
Risco de Sectarismo Religioso 1	**Índice 1**
Risco de Sectarismo Religioso 2 (sem Preconceito Sexual)	**Índice 2 - Alternativo**
Desconfiança Religiosa	Subíndice
Intolerância Religiosa	Subíndice
Orientação Patriarcal	Subíndice
Preconceito Sexual	Subíndice
Engajamento e Adesão Religiosa	**Apêndice**
Tolerância e Sectarismo: Religioso e Cultural 1	**Cruzamento**
Tolerância e Sectarismo: Religioso e Cultural 2	**Cruzamento**
O Índice de Coexistência Social reflete a média das três subcategorias – confiança, tolerância e paz. O Índice Alternativo é a média dos nove subíndices. O apêndice, Confiança Grupal, não está incluído neste índice. Confiança Interpessoal é o fruto do cruzamento dos subíndices Confiança Social (ou Geral) e Confiança Grupal.	
Tolerância e Sectarismo: Religioso e Cultural (1 e 2) são o resultado do cruzamento entre os índices de Risco de Sectarismo Religioso (1 e 2) e o apêndice Adesão e Engajamento Religioso.	

Critérios Conceituais

A pesquisa apontou, desde o início, seis possíveis índices que ajudariam a ampliar o conhecimento da realidade guineense. Como primeiro passo, foram identificadas uma série de perguntas do questionário para cada índice a ser preparado: estratos sociais (55 perguntas), adesão à democracia (21), engajamento na vida pública (48), coexistência social (24), igualdade social (11), e risco de sectarismo religioso (30). Logo, utilizando critérios de consistência conceitual, fez-se uma seleção menor de perguntas para cada índice e estabeleceu-se uma primeira escala de pontuação para as respostas a cada pergunta utilizada. Isto permitiu realizar diversos exercícios estatísticos – correlações e análise fatorial – com as informações preparadas para cada índice.

Combinando as atividades de formulação conceitual, análise estatística e um vigoroso intercâmbio de ideias entre Nafiou Inoussa, Carlos Cardoso e Miguel Carter, foram-se construindo os 55 índices, subíndices, subcategorias e cruzamentos que compõem esta pesquisa. Um exemplo de como se formaram os indicadores pode-se conferir com as três perguntas do questionário combinadas para formar o subíndice de Liberdade de Associação e Expressão.

Adesão à democracia: Subíndice e variáveis

Descritivo	Tipo de Variável	Código
Adesão à Democracia	**Índice**	**AD**
Liberdade de Expressão e Associação	**Subíndice**	**ILEA22**
Qual das seguintes declarações está mais próxima da sua opinião?		
Declaração 1. O governo devia poder acabar com qualquer organização que seja contra as suas políticas. Declaração 2. Devíamos poder juntar-nos a qualquer organização, quer seja ou não aprovada pelo governo.		P16
Declaração 1: Os meios de comunicação deviam ser livres para publicar informações e ideias sem ser censurados pelo governo. Declaração 2: O governo deveria ter o direito de censurar informações e ideias que o governo considere prejudiciais à nossa sociedade.		P17
Declaração 1: O governo deveria restringir as manifestações ou marchas de protesto. Declaração 2: O direito a organizar manifestações ou marchas de protesto não deveria ser restringido pelo governo.		P34

A seguir, apresentamos as informações e os critérios que nos levaram a produzir cada um dos índices e seus componentes.

Estratos Sociais

Este índice permite diferenciar as camadas sociais a partir de critérios mais sociológicos. Ao invés de privilegiar o rendimento monetário, como fazem os estudos económicos, aqui priorizam-se as condições de vida das pessoas. Isto levou-nos a considerar uma variedade de dados. O facto de a sociedade guineense ser maioritariamente rural reforçou a ideia de trabalhar com informações que vão além do rendimento monetário, que tem maior relevância em espaços urbanos. Daí a procura de uma forma mais complexa e subtil de captar a existência de estratos sociais neste país, com ênfase nas condições de vida material, antes que o estatuto social per se.

Para este estudo, fizeram-se exercícios estatísticos com 23 variáveis. Estes geraram 5 fatores relevantes que levaram à construção dos cinco subíndices que compõem este índice.

1. O **poder aquisitivo** mede a capacidade de compra e consumo de determinados bens materiais como o rádio, o telemóvel, o automóvel ou mota, a televisão e o frigorífico.
2. A **estrutura da residência** avalia as condições de habitação e serviços básicos disponíveis, como a fonte da água utilizada na residência, a casa de banho ou latrina, o acesso à rede elétrica, o uso de painel solar e gerador.
3. Os **meios modernos de comunicação** permitem considerar a frequência de uso do telemóvel, da internet, da rádio e da televisão.
4. A s**atisfação de necessidades básicas** estima o grau de dificuldade ou facilidade em atender às necessidades básicas da família quanto à provisão de alimentos suficientes, água potável, remédios ou assistência médica, e combustível para cozinhar.
5. **Educação** classifica a pessoa segundo o nível mais alto de instrução que completou: sem instrução formal, escola primária completa ou incompleta, escola secundária completa ou incompleta, e estudos pós-secundários.

Tendo em conta as particularidades deste subíndice, optámos por elaborar duas versões do Índice de Estratos Sociais: um sem o subíndice educação, e o outro, alternativo, com ele.

Adesão à Democracia

Este índice procura captar a orientação das pessoas em relação aos principais elementos de uma democracia moderna. Como resultado de um trabalho estatístico com 21 variáveis e revisão conceitual destes resultados, elaborámos um índice com cinco componentes.

1. **Responsabilização dos governantes** revela o grau de apoio a um sistema de governo ancorado na *accountability* democrática, com poderes limitados e sujeito ao Estado de Direito.
2. **Liberdade de expressão e associação** capta a dimensão mais liberal da democracia: o apoio à possibilidade de formar organizações independentes, se exprimir sem a censura do governo e realizar atos de protesto.
3. **Liberdade de escolha política** sublinha o valor da eleição de lideranças através de uma competição democrática entre diversas alternativas políticas.

4. **Preferência pela democracia** explora a compreensão da palavra "democracia" e o apoio explícito ou não a este regime político.

5. **Rejeição à autocracia** pondera o sentimento antiautoritário e a intensidade da oposição a diversas fórmulas autocráticas: um governo de partido único, um governo militar, e um presidente autocrático e centralizador.

Engajamento na Vida Pública

Este índice visa captar o nível e tipo de interação cidadã com o Estado, a vida associativa e partidária, e o acesso a informações sobre acontecimentos do âmbito público. Após ter trabalhado com 67 variáveis, foi elaborado um índice baseado em sete subíndices, agrupados em três grandes categorias: o relacionamento com o poder público, as ações de cidadania e a deliberação pública. Como apêndice, criou-se um índice de militância partidária, que mede o grau de participação das pessoas nos partidos políticos e atividades afins. Estes são os critérios adotados para cada subíndice:

Relacionamento com o Poder Público

1. **Contacto com autoridades** expõe o nível de acesso às autoridades públicas: administrador do setor, deputado da Assembleia Nacional, dirigente do governo nacional ou de um ministério, dirigente de um partido político, governador. Na Guiné-Bissau, quase nove em cada dez pessoas não teve nenhum contacto com estas autoridades públicas nos últimos doze meses.

2. **Contacto com o Estado** retrata o grau de relacionamento com as entidades que ofereceram serviços públicos durante o último ano. As respostas foram catalogadas em "sim" ou "não" para as instituições que oferecem os seguintes serviços públicos: escola, hospital, obtenção de documentos, entidades que fornecem água ou energia, polícia e tribunais.

Ações de Cidadania

3. **Participação na campanha eleitoral** avalia o nível de engajamento dos guineenses em atividades de militância política e partidária no contexto eleitoral, especificamente nos comícios de 2014. Isto inclui a participação num comício, numa reunião com o candidato ou membros da campanha, a tentativa de convencer outras pessoas a votar num determinado candidato, e o trabalho em favor de um candidato ou partido.

4. **Participação social e política** permite compreender melhor a extensão e a intensidade da participação associativa dos guineenses. Para isto indagou-se se a pessoa é um dirigente oficial, um membro ativo, um membro inativo, ou se não é membro de um grupo religioso; uma associação comunitária, desportiva ou de autoajuda; um sindicato ou associação de agricultores; uma associação profissional ou empresarial; ou um partido ou movimento político.

5. **Reclamações feitas ao governo** mede a disposição dos guineenses – perante a insatisfação com as ações do Estado – a apresentar queixas, pedidos e sugestões às autoridades públicas. As ações examinadas aqui abarcam a atuação a nível comunitário, o contacto com os meios de comunicação, o *lobby* junto das autoridades, e a participação num ato de protesto.

Deliberação Pública

6. **Acesso às notícias** examina o nível de exposição às informações sobre a situação política, incluindo a frequência e diversidade de meios utilizados. Os meios considerados no subíndice são: a rádio, a televisão, os jornais, a internet, e a comunicação sobre estes assuntos com a família e vizinhos.

7. **Diálogo sobre política** ajuda a calibrar um elemento mais subjetivo da vida pública guineense: o interesse em assuntos públicos e a discussão sobre política no meio social. Como tal, permite constatar a disposição deliberativa do povo.

Apêndice: Militância Partidária

Este índice procura captar a margem de pessoas que teriam uma atuação expressiva dentro dos principais partidos políticos da Guiné-Bissau, e conhecer melhor o perfil destes indivíduos. Para produzir o índice fizeram-se exercícios estatísticos com 15 variáveis, o que gerou três componentes:

1. **Atuação num partido político** capta se a pessoa está afiliada a um partido ou não, e se for, identifica o nível de atuação dentro desta associação.

2. **Participação na campanha eleitoral** examina o nível de engajamento a favor do seu partido num contexto de competição eleitoral. É idêntico ao subíndice descrito acima, utilizado na construção do índice de engajamento na vida pública.

3. **Contacto com autoridades** capta a intensidade da interação com autoridades públicas – no plano local, regional ou nacional. É idêntico ao subíndice descrito acima, que faz parte do índice de engajamento na vida pública.

Coexistência Social

Este índice procura perceber as condições de convivência social na Guiné-Bissau. Como resultado da pesquisa estatística com 24 variáveis e um esforço de sistematização conceitual, criámos dez subíndices. Os primeiros nove subíndices foram agrupadas em três categorias – confiança, tolerância e paz – revelando orientações, disposições e perceções que, em princípio, facilitariam a capacidade de coexistência social. O décimo subíndice, que trata da confiança grupal ou particular, ficou como apêndice. Este subíndice é utilizado para criar um cruzamento especial que permite avaliar distintos tipos e graus de confiança interpessoal. As três virtudes – confiança, tolerância e paz – captadas neste índice permitem compreender melhor as possibilidades e os riscos em torno da convivência social na Guiné-Bissau.

Confiança

1. **Confiança social** avalia o grau de confiança conferida de maneira mais ampla e geral; não é restrita a um círculo íntimo ou de pessoas conhecidas, da família ou vizinhança. Esta confiança mais ampla pode funcionar como um "capital social" e facilitar esforços privados, coletivos, e o desempenho institucional. Isto mede-se a partir da confiança na maioria das pessoas e no âmbito do mercado.

2. **Confiança interétnica religiosa** examina o nível de confiança com pessoas de outras identidades étnicas e religiosas.

Tolerância

3. **Tolerância inter-religiosa e étnica** mede a qualidade da convivência em relação às pessoas de outras crenças religiosas e identidades étnicas.
4. **Tolerância em questões sexuais** estima o grau de aceitação de pessoas com outra orientação sexual ou afetadas por uma doença transmitida muitas vezes por relações sexuais, o SIDA.
5. **Tolerância ao forasteiro** examina a capacidade de acolhimento dos imigrantes e trabalhadores estrangeiros.

Paz

6. **Segurança e integridade física** capta a perceção de segurança pessoal dos guineenses, incluindo o medo e o risco de ser assaltados em casa.
7. **Opção pela não violência** avalia o nível de rejeição do uso da violência na política e como instrumento de vingança pessoal.
8. **Paz no ambiente pessoal** examina a perceção das pessoas quanto ao risco de violência no meio familiar e comunitário.
9. **Paz no país** explora a perceção de risco quanto à estabilidade do país, a convivência pacífica e o risco de violência entre grupos étnicos, religiosos e políticos distintos.

Apêndice: Confiança Grupal

Este índice considera o peso de uma outra modalidade de confiança: a confiança particular. À diferença da confiança social ou geral, esta é concedida a pessoas de proximidade pessoal, como a família, os amigos e vizinhos, e indivíduos do mesmo grupo étnico e religioso.

Cruzamento Especial: A Confiança Interpessoal

A junção entre a confiança social e grupal permite-nos aperfeiçoar a análise das relações de confiança na sociedade guineense. O cruzamento dos dois indicadores – em alto e baixo nível – revela uma matriz conceitual com quatro tipos de confiança: Alta confiança interpessoal, Confiança média-alta (mais grupal), Confiança média-baixa (mais social), e Baixa confiança interpessoal.

Neste estudo, a confiança grupal é tida como um passo fundamental para a construção de relações de confiança mais amplas, que vão além das relações de família e vizinhança. Daí a opção de classificá-la como uma confiança média alta. Por outro lado, aqueles com uma confiança social maior, mas pouca confiança nas pessoas do círculo pessoal, tem uma base mais fraca para desenvolver uma confiança interpessoal alta – e constituem, portanto, uma confiança média baixa.

Igualdade Social

Este índice procura compreender as disposições em favor da igualdade na Guiné-Bissau, com ênfase nas relações de género, e de estatuto e classe social. Para elaborar o índice foram estudadas seis variáveis através de instrumentos estatísticos, o que permitiu criar dois subíndices. Estes indicadores avaliam duas vertentes distintas de apoio à igualdade social, como se explica a seguir.

1. **Igualdade de género** mede a disposição dos guineenses a favor da igualdade entre homens e mulheres. Aqui se calibra o grau de aceitação da igualdade de oportunidades e direitos para as mulheres serem eleitas a cargos públicos, possuir a terra e ser tratadas com equidade.

2. **Igualdade no ambiente e trato social** sublinha as orientações favoráveis a um etos igualitário no relacionamento entre as pessoas e nas condições que possam facilitar isto. Este subíndice examina atitudes relacionadas com as diferenças entre ricos e pobres, a condição social das lideranças, e sua disposição a favorecer ou não os seus familiares ou grupo.

Risco de Sectarismo Religioso

Este índice cria bases empíricas para avaliar a presença e possibilidade do surgimento de atitudes sectárias no campo religioso guineense. Para elaborar o índice, fizeram-se exercícios estatísticos com 21 variáveis. Com apoio da análise fatorial, foi possível conceptualizar os quatro fatores que integram o índice. Um quinto fator serve de apêndice para compreender o nível de engajamento religioso da população.

A maior propensão ao sectarismo, segundo o índice, dá-se quando há desconfiança e intolerância em relação a pessoas de outra religião. O sectarismo também é associado a uma visão patriarcal da sociedade e ao preconceito contra a homossexualidade. A partir de um debate gerado em torno da inclusão desta última variável, optou-se por criar duas versões do índice de risco de sectarismo religioso: uma com o indicador de preconceito sexual e outra sem esta informação.

Para que esta tendência sectária seja religiosa, ela precisa de corresponder a um nível expressivo de identidade e participação religiosa, daí a construção do apêndice que mede o grau de "engajamento e adesão religiosa".

O cruzamento deste apêndice com as duas versões do índice permite identificar o segmento da população com maior possibilidade de adotar atitudes conducentes ao fundamentalismo religioso. A inversão deste índice, por sua vez, permite compreender melhor a presença do ecumenismo religioso na Guiné-Bissau.

1. **Desconfiança religiosa** considera a existência e intensidade do receio de pessoas de outras identidades religiosas.
2. **Intolerância religiosa** avalia o grau de intolerância em relação às pessoas de outras crenças religiosas.
3. **Orientação patriarcal** mede a disposição dos guineenses a favor do patriarcado, ou seja, a manutenção de uma estrutura e cultura de privilégios para os homens e subjugação das mulheres. Para detetar estas atitudes, inverteu-se o subíndice de igualdade de género, descrito acima.
4. **Preconceito sexual** explora o nível de intolerância em relação à homossexualidade.

Apêndice: Engajamento Religioso

Este subíndice permite avaliar o grau de adesão e compromisso religioso dos guineenses. Para isso são considerados quatro elementos: a participação num grupo religioso (seja igreja, mesquita ou baloba), o contacto com líderes religiosos, a frequência da prática religiosa, e se a pessoa considera a religião importante na sua vida. A ênfase aqui está na forma religiosa antes que na vida espiritual, que é mais íntima e pode ter uma religiosidade maior ou menor.

Cruzamento Especial: Tolerância e Sectarismo - Religioso e Cultural

O cruzamento dos indicadores de engajamento e as duas versões do índice de risco de sectarismo religioso – em altos e baixos níveis – permite-nos distinguir entre dois tipos de sectarismo, um

mais religioso e outro mais cultural. De igual forma, pode-se identificar uma matriz de tolerância religiosa e outra cultural ou mais secular.

Esta leitura do fenómeno religioso e o risco de sectarismo na Guiné-Bissau facilita o estudo das possibilidades, as condições e os mecanismos que podem favorecer – ou inibir – o surgimento de atitudes sectárias no país.

Codificação

Depois de definir os componentes dos índices, foram codificadas todas as variáveis da pesquisa. A escala de pontuação utilizada seguiu critérios bem definidos. Esta atividade teve por objetivo criar uma escala de valores que corresponda à direção e intensidade de cada variável utilizada para construir os índices e seus componentes.[4] Uma ilustração deste processo pode-se apreciar aqui, com a pontuação atribuída a cada resposta sinalizada na primeira coluna, e na segunda os resultados da sondagem.

16.	**Sobre a liberdade de associação**		
	Declaração 1. O governo devia poder acabar com qualquer organização que seja contra as suas políticas. **Declaração 2. Devíamos poder juntar-nos a qualquer organização, quer seja ou não aprovada pelo governo.**		
	Concordo Fortemente com Declaração 1	**0**	11%
	Concordo com Declaração 1	**1**	9%
	Concordo com Declaração 2	**4**	33%
	Concordo Fortemente com Declaração 2	**5**	38%
	Não concordo nem com uma nem com outra	**3**	2%
	Não sabe	**2**	7%
	Não responde	**9**	0%
Nas perguntas feitas sob esta estrutura, a resposta menos democrática tem o valor zero (0). "Não Sabe" fica com dois pontos com base na seguinte suposição: o facto de não saber ou não ter opinião é, numa escala de valores democráticos, menos má do que ter uma atitude pouco ou não democrática. Porém, a indefinição à volta da pergunta sugere que "Não Sabe" deveria ter uma pontuação menor que "Não concordo nem com uma nem com outra", que recebe três pontos. Os casos sem resposta recebem o código 9.			

Agregação

Tendo selecionado os componentes de cada subíndice e codificado todos os dados utilizados, passou-se à fase de agregação. Os subíndices foram produzidos através da somatória das suas variáveis. Para assegurar a uniformidade da escala, utilizou-se a fórmula de dispersão relativa, também conhecida como coeficiente de variação ou dispersão.

Com os índices de Engajamento na Vida Pública e Coexistência Social foram adotadas duas modalidades de construção: (1) a média simples das três subcategorias de cada índice, e (2) um índice alternativo com base na média simples de todos os subíndices. Todos os outros índices foram criados com a média simples dos seus subíndices.

[4] Sobre a codificação utilizada para cada variável, ver Carter (2021), Anexo D.

Os dois cruzamentos especiais da pesquisa – Confiança Interpessoal, e Tolerância e Sectarismo: Religioso e Cultural – foram produzidos a partir dos recortes dos subíndices que os integram, combinando níveis mais altos e baixos de cada subíndice.

Recortes

Para facilitar a combinação de informações produzidas pela pesquisa, fizeram-se recortes em cada um dos índices e subíndices criados, diferenciando em quatro escalas de cada variável: alto, meio alto, meio baixo, e baixo. Os recortes foram gerados manualmente, sob uma escala de 0 a 100, utilizando informações detalhadas sobre a frequência e dispersão de cada indicador. Os critérios adotados para fazer os recortes procuraram manter uma pontuação máxima (de 25 pontos) para cada corte; excluir os casos "outliers", números isolados e extremos no conjunto de dados; e assegurar uma proporção razoável nos valores agrupados em cada recorte. Uma mostra deste procedimento pode-se observar aqui.

Liberdade de expressão e associação: Recorte do subíndice

Recorte	Efetivos	Percentagem	Percentagem válida	Classificação pontos	Observação
1,00	167	14,1	14,3	0 - 33	Inclui 8 *outliers* com 0 pontos
2,00	215	18,2	18,5	34 -57	
3,00	458	38,7	39,3	58 - 77	
4,00	324	27,4	27,8	78 - 100	Sem *outliers*
Em falta	20	1,7	-	-	
Total	**1184**	**100**	**100**	**-**	

Cruzamentos Estatísticos

Com os índices elaborados fez-se uma série de cruzamentos estatísticos, utilizando as técnicas de tabulação cruzada e exercícios estatísticos com o programa informático SPSS.[5] Eles compreendem:

1. **Combinação de índices e indicadores:** Os 55 índices, subíndices e cruzamentos especiais criados pela pesquisa foram cruzados com diversos indicadores demográficos e identitários. Para isto foram feitas tabulações cruzadas com as seguintes variáveis: género, idade, nível de educação, local de residência (urbano ou rural), grande região, grupo étnico, religião e identidade partidária.
2. **Combinação dos índices entre si:** Todos os índices, subíndices e cruzamentos especiais da pesquisa foram entrecruzados, usando a técnica das tabulações cruzadas. Isto permitiu combinar as escalas alta, média alta, média baixa e baixa de cada variável.
3. **Combinação com o questionário da sondagem Vozes do Povo:** Todos os indicadores demográficos e identitários, junto com os 55 índices e subíndices criados pela pesquisa, foram cruzados com todas as respostas registadas no inquérito de 2018. Aqui também se utilizou a técnica da tabulação cruzada. Esses cruzamentos foram feitos sobre o total de cada nível da variável combinada com o questionário.

[5] Todos os cruzamentos encontram-se em Carter (2021), nos Anexos E, F, G, H e I.

4. **Exercícios estatísticos:** Usando o programa informático de SPSS fizeram-se correlações e análises fatoriais com todos os índices e subíndices elaborados para a pesquisa.

Todo este esforço gerou uma 'mina de ouro' com informações inéditas sobre a Guiné-Bissau. Isto permite aprofundar o conhecimento da realidade social e política do país. Ao mesmo tempo, oferece um sustento empírico ao empenho em desenhar estratégias criativas e efetivas em apoio ao desenvolvimento democrático do país. Nos capítulos 2, 3, 4 deste livro, Miguel Carter expõe alguns dos resultados mais relevantes desta investigação.

Estudo de Grupos Focais

O estudo de grupos focais teve como objetivo complementar e enriquecer as informações produzidas na sondagem de opinião pública de 2018. As entrevistas de grupo foram realizadas em dez localidades distintas do país, junto de um segmento variado da população, entre 25 de outubro e 9 de novembro de 2019. A investigação foi fruto de uma parceria entre DEMOS e o Centro de Estudos Sociais Amílcar Cabral (CESAC).[6]

O grupo focal é uma metodologia de pesquisa qualitativa, utilizada nas ciências sociais há várias décadas. Ela envolve uma série de entrevistas organizadas em pequenos coletivos, normalmente entre cinco e dez pessoas. Em cada entrevista, um investigador ajuda a moderar o encontro e promover a conversa entre os participantes com base num questionário pré-elaborado.

Como técnica de investigação, o grupo focal estimula a dinâmica social que ocorre na vida real. No decorrer do intercâmbio, os participantes vão formulando ou refinando seus pontos de vista. Ao promover a troca de ideias, perceções e sentimentos, as pessoas têm a possibilidade de explicar a sua opinião. Desta forma, a metodologia pode empoderar os participantes, ao facilitar um espaço aberto para a deliberação e dar prioridade à perspetiva dos interlocutores.[7]

Nesta pesquisa, o conteúdo do intercâmbio nos grupos focais centrou-se nos principais resultados da sondagem de 2018. O diálogo produzido com diversos segmentos da população guineense foi transcrito e organizado por assunto. Estas informações permitem enriquecer a análise científica da vida social e política de Guiné-Bissau, ao:

- Contextualizar melhor e aperfeiçoar as revelações produzidas no inquérito de 2018.
- Descobrir nuances, detetar complexidades e revelar mecanismos causais por trás dos dados estatísticos.
- Produzir frases que possam ilustrar descobertas gerais.

O conhecimento gerado através dos grupos focais permite diagnosticar melhor a realidade guineense. Para produzir a pesquisa de grupos focais, efetuaram-se os seguintes procedimentos metodológicos: (1) preparou-se o questionário; (2) foram identificadas dez comunidades em diversos pontos do país onde tiveram lugar os encontros de grupo focal; e (3) processou-se a informação recolhida nas entrevistas. A seguir, passamos em revista os passos adotados.

---

[6] A pesquisa de Grupos Focais foi desenhada e coordenada por Miguel Carter, em colaboração com Carlos Cardoso, que cuidou da coordenação do trabalho de campo, a transcrição e a tradução das entrevistas. Daniel Cassamá participou como investigador e tradutor das entrevistas para o português. Saico Baldé traduziu a entrevista em fula para crioulo. Abi Batu Culibali cooperou como investigadora. Gostariamos de agradecer de modo especial às pessoas que facilitaram a realização das entrevistas: em Bissau, Aminata Fofana, Aminata Djaló e Mariana Semedo; em Quinará, Lineker da Cunha, Domingos da Cunha e Almor Comba; em Bafatá, Ibraima Darame e Abdulai Embaló; em Oio, El Haj Bala Camará, Almor Comba e Carlitos Assau Tchimbé; em Cacheu, Humberto Intchala. A codificação e revisão final das transcrições foi realizada por Miguel Carter e Carlos Cardoso.

[7] Sobre esta técnica de investigação científica, ver Cyr (2019), e Krueger e Casey (2009).

Questionário

O questionário dos grupos focais foi desenhado para estimular uma conversa no meio popular sobre os principais resultados da sondagem Vozes do Povo. Após um estudo das conclusões deste inquérito, foi preparada uma série de perguntas abertas, suscetíveis de múltiplas respostas e conducentes a uma discussão construtiva sobre a sociedade e a política na Guiné-Bissau. Um resumo das perguntas, organizadas em torno de seis grandes eixos temáticos, e um eixo com perguntas suplementares, pode ser conferido a seguir:

1. **A situação da Guiné-Bissau**
   - Há um grande ***descontentamento com o rumo do país***. O que está errado na Guiné?
   - A maioria dos guineenses ***acha que a economia vai melhorar.*** Acham que o país está indo na direção errada, mas que o futuro será melhor. Porquê?
2. **A sociedade guineense**
   - Na Guiné há ***pouca confiança social,*** mas entre familiares e vizinhos ela é muito alta. Porque se desconfia das pessoas fora do círculo mais íntimo e pessoal?
   - A maioria dos guineenses gosta da ***igualdade social,*** no que diz respeito à lei e ao tratamento das pessoas, incluindo as mulheres. Mas há uma perceção de grande injustiça social. Porquê?
   - A identidade guineense é forte, mas há ***múltiplas identidades*** étnicas na Guiné. Como é que o povo convive com isso?
   - Em outros países de África há ***conflitos que envolvem diferenças religiosas ou étnicas.*** Há risco disso na Guiné?
3. **Relações de género**
   - Entre as pessoas que gostam de ***falar e participar na política*** há mais homens que mulheres. Porquê?
   - A maioria dos guineenses acha que as ***mulheres devem ter direitos iguais*** aos homens. É um fenómeno novo no país?
4. **O Estado**
   - Grande parte da população **sente-se abandonada pelo Estado.** Porquê?
   - O povo, em geral, mostrou-se muito **crítico em relação a atuação do governo.** Mas deu uma alta aprovação à atuação do presidente e dos primeiros-ministros. Porquê?
   - Muitas pessoas dão um "*sucu di bas*" (suborno) ao lidar com os servidores públicos. Ao mesmo tempo, a grande maioria pensa que o país é governado por grupos poderosos em benefício próprio, e não do povo. Entre as duas – **a pequena e a grande corrupção** – qual é pior para a Guiné? Porquê? (Pergunta utilizada só nas primeiras entrevistas).
5. **A política e os políticos**
   - O povo critica as ***lideranças políticas por não obedecer às leis e priorizar seus interesses*** pessoais. Há sinais de resignação popular diante deste tipo de comportamento. Porquê?

- Entre os possíveis conflitos violentos na Guiné, o que mais preocupa o povo são as ***lutas e instabilidade política***. Porquê?

6. **Apreciação**
   - ***O que há de bom na Guiné***? Que coisas funcionam bem neste país?

7. **Outros assuntos**
   - Na Guiné há muita tolerância com a diversidade religiosa e étnica que existe no país. Mas há ***menos tolerância com os homossexuais.*** Porquê? (Pergunta feita só duas vezes, numa comunidade rural e num bairro de Bissau).
   - Está a falar-se bastante sobre as ***mudanças climáticas.*** Vocês percebem isso aqui?

Algumas perguntas foram utilizadas só no início da pesquisa. Outras foram discutidas em comunidades selecionadas. Na experiência concreta dos grupos focais, algumas perguntas receberam mais atenção do que outras. Contudo, todos os grupos tiveram a oportunidade de discutir os mesmos seis eixos temáticos abordados no questionário.

Grupos Focais

Com o objetivo de ouvir um amplo espectro de vozes da sociedade guineense, a pesquisa estabeleceu critérios geográficos e demográficos para a organização dos grupos focais. No plano geográfico, priorizaram-se três contextos distintos: (a) Bissau, a capital e principal centro urbano do país; (b) três cidades do interior; e (c) quatro comunidades rurais.

Em Bissau, escolheram-se bairros diferenciados: um na praça ou centro da cidade, outro a meia distância do centro (o bairro de Sintra), e uma zona mais periférica (Antula Pabidjar). As três cidades do interior, por sua vez, são de regiões distintas: Buba, a capital de Quinará, no sul; Bafatá, a segunda maior cidade do país e capital da região de Bafatá, no leste; e Canchungo, a cidade mais habitada na região de Cacheu, no norte. Quanto às quatro localidades rurais, priorizaram-se comunidades de diversas origens étnicas, em áreas distintas do país: Binhal, no sul; Demba Cali, no leste, e Candjadja e Glak Iala, no norte do país. Todos estes pontos geográficos estão sinalizados em vermelho no seguinte mapa da Guiné-Bissau.

Como critério demográfico, procurou-se manter um relativo equilíbrio de género no conjunto total de pessoas entrevistadas. Oito grupos focais foram de género misto. Cientes, porém, da tendência para ter uma maior participação masculina neste tipo de atividades, organizámos dois grupos só com mulheres, um deles numa comunidade rural e o outro num bairro de Bissau. Além disso, demos prioridade à participação de jovens, de ambos os sexos, num grupo focal em Bissau.

Em total foram entrevistadas 89 pessoas, sendo 42 homens e 49 mulheres. A idade média dos participantes foi de 39 anos. A realização de encontros em diversos pontos do país permitiu-nos dialogar com pessoas de tradições religiosas e identidades étnicas distintas.

O CESAC teve a seu cargo a coordenação do trabalho de campo, sob a direção de Carlos Cardoso. Foram articulados um elenco de contatos locais que ajudaram a preparar cada reunião, em colaboração com lideranças comunitárias. O CESAC também organizou a equipa de três investigadores responsáveis pela moderação dos dez grupos focais.



* Fonte: Nations Online Project * Locais da pesquisa marcados em vermelho

Em oito grupos focais a entrevista fez-se em crioulo. Na tabanca de Demba Cali, o diálogo foi feito em fula. Na tabanca de Candjadja, os entrevistados conversaram em mandinga, com tradução quase simultânea feita por lideranças comunitárias.

Houve variações significativas quanto à duração das entrevistas. A menor levou menos de uma hora, e a maior durou duas horas e 30 minutos. A média das dez entrevistas foi de 1:37 horas. Ao todo, foram registadas 16 horas e 15 minutos de conversa. Mais detalhes sobre o local das entrevistas e os participantes podem ser apreciados nos seguintes dois quadros.

Os grupos focais tiveram, em geral, uma dinâmica positiva e de boa aceitação entre os participantes. Vários elogiaram a atividade e gostaram da oportunidade de falar sobre os rumos do seu país. Nos encontros de género misto, os homens eram mais propensos a falar do que as mulheres. O moderador, em algumas situações, teve que incentivar a fala das mulheres e dirigir-lhes perguntas. Nos grupos com gerações mistas, percebeu-se uma participação mais expressiva de pessoas com maior maturidade, sobretudo de homens com mais de 50 anos. Todos os grupos focais foram gravados em áudio. Nenhum dos participantes manifestou algum reparo ao respeito. Em todos os encontros, o teor da conversa foi bastante aberto e franco.

Vozes do Povo: Pesquisa de grupos focais							
Local e detalhes da entrevista							
Localidade	**Setor**	**Área**	**Morada**	**Região**	**Grande Região**	**Data da Entrevista**	**Tempo da Entrevista** Minutos
Buba	Buba	Urbana	Cidade do Interior	Quínara	Sul	25/10/2019	71
Binhal	Empada	Rural	Tabanca	Quínara	Sul	25/10/2019	60
Bafatá	Bafatá	Urbana	Cidade do Interior	Bafatá	Leste	26/10/2019	150
Demba Cali	Bafatá	Rural	Tabanca	Bafatá	Leste	26/10/2019	87
Praça Bissau	Bissau	Urbana	Capital	Bissau	Centro	27/10/2019	110
Antula (Pabidjar)	Bissau	Urbana	Capital	Bissau	Centro	27/10/2019	96
Candjadja	Mansabá	Rural	Tabanca	Oio	Norte	28/10/2019	137
Canchungo	Canchungo	Urbana	Cidade do Interior	Cacheu	Norte	11/2/2019	106
Glak Iala	Mansoa	Rural	Tabanca	Oio	Norte	11/9/2019	102
Sintra	Bissau	Urbana	Capital	Bissau	Centro	12/9/2019	50

Vozes do Povo: Pesquisa de grupos focais.									
Participantes da entrevista									
Localidade	**Setor**	**Número de Pessoas**			**Idade Média de Cada Grupo Focal**			**Principal Identidade Étnica**	**Língua da Entrevista**
		Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres		
Buba	Buba	10	4	6	46	56	39	Biafada	Crioulo
Binhal	Empada	10	6	4	41	36	48	Biafada	Crioulo
Bafatá	Bafatá	9	7	2	43	43	41	Fula	Crioulo
Demba Cali	Bafatá	8	0	8	36	*	36	Fula	Fula
Praça Bissau	Bissau	9	4	5	25	26	24	Mista	Crioulo
Antula (Pabidjar)	Bissau	9	5	4	35	38	32	Papel	Crioulo
Candjadja	Mansabá	10	7	3	46	50	37	Mandinga	Mandinga e Crioulo
Pendingolo	Canchungo	8	4	4	33	40	27	Manjaco	Crioulo
Glak Iala	Mansoa	10	5	5	44	52	32	Balanta	Crioulo
Sintra	Bissau	6	0	6	40	*	40	Mista	Crioulo
Total e Média	**-**	**89**	**42**	**47**	**39**	**43**	**36**	**-**	**-**

Processamento de Dados

Os áudios gravados em cada grupo focal foram transcritos em crioulo e traduzidos para português pelos investigadores do CESAC. As transcrições dos grupos focais foram revistas e logo codificadas para manter o anonimato das pessoas. Criou-se um código para identificar cada pessoa entrevistada com base no nome dado ao local do encontro, seu género e idade.[8] Além de contar com a entrevista em crioulo e português, foi organizada uma terceira versão do trabalho seguindo os eixos temáticos das entrevistas. Este material logo foi sintetizado para facilitar o uso das informações recolhidas, criando-se assim quatro versões do estudo.[9] No capítulo 5 deste livro, Miguel Carter destaca os principais aprendizados deste estudo.

Comparação entre Guiné-Bissau e Outros Países Africanos

Esta pesquisa é a primeira a posicionar a Guiné-Bissau na constelação de sondagens de opinião pública a nível regional. A investigação comparativa da opinião pública possibilita traçar paralelos e observar diferenças entre os países. A comparação com a vida social e política das nações vizinhas permite fazer uma leitura alternativa das tendências em curso neste pequeno país da África Ocidental.

Este estudo integra os resultados do primeiro inquérito de opinião pública na Guiné-Bissau, Vozes do Povo, com as sondagens efetuadas em 17 países da África pela principal entidade pan-africana de estudos de opinião pública, o Afrobarometer.[10] A sondagem Vozes do Povo foi produzida em 2018, enquanto a base de dados do Afrobarometer inclui os resultados das pesquisas realizadas em 17 países africanos, principalmente entre 2014 e 2018.

Entre as nações africanas incluídas nesta investigação, estão os 15 países que integram a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO): Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, República da Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo. A comparação também abarca dois outros Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP): Moçambique e São Tomé e Príncipe; e finalmente um país da África Austral, Malawi.[11]

Fonte de dados. Para desenvolver esta pesquisa foram utilizadas duas bases de dados completas do Afrobarometer, produzidas nos inquéritos das rondas 6 e 7 em diversos países africanos, entre 2014 e 2018. Junto com as bases de dados das rondas 6 e 7, o Afrobarometer facilitou uma cópia do seu livro de códigos para cada ronda. Os resultados complementares das rondas 4 e 5 foram obtidos na página de internet do Afrobarometer.[12]

---

8 Os códigos para cada local de entrevista são, em Bissau: Praça (Pr), Antula (An), Sintra (Si); nas cidades do interior: Buba (Bu), Bafatá (Ba), Canchungo (Ci); nas comunidades rurais: Binhal (Bi), Demba Cali (Dc), Candjadja (Ca) e Glak Iala (Gi). O sexo do entrevistado é: homem (H) ou mulher (M). Para a idade utilizou-se o número de anos que a pessoa declarou ter, antes de começar o grupo focal. Desta forma, o homem de 64 anos entrevistado em Buba tem o código: Bu-H64. No caso de ter mais de uma pessoa com o mesmo género e idade, acrescentou-se um "a, b, c" no final do código. Assim, a terceira mulher de 24 anos que participou do grupo focal na Praça de Bissau é identificada como: Pr-M24c.

9 As quatro versões do resultado desta pesquisa encontram-se em Carter (2020a), Anexos B, C, D e E.

10 A pesquisa comparativa foi concebida, coordenada e produzida por Miguel Carter, com o apoio técnico de Mario Costa.

A parceria realizada com o Afrobarometer permitiu disponibilizar a sua base de dados, com inquéritos realizados em 36 países africanos. Agradecemos a valiosa colaboração de Carolyn Logan, codiretora do Afrobarometer, e de Matthias Krönke, investigador da mesma entidade. Carlos Cardoso ajudou com a revisão do relatório final; ver Carter (2020b).

11 Angola só publicou os resultados do seu primeiro inquérito Afrobarometer, de final de 2019, depois de já termos concluído a nossa pesquisa comparativa.

12 Ver Afrobarometer (2020a, 2020b, (2020c).

Processamento de dados. O volume de dados com os quais se trabalhou nesta pesquisa foi enorme. Só na ronda 7, a base de dados do Afrobarometer compreendia os resultados dos inquéritos feitos a 45.825 pessoas. Para processar esta quantidade de estatísticas e preparar a *data set* da pesquisa foram selecionados 17 países africanos, priorizando as nações que integram a CEDEAO e os PALOP. Logo, foram identificadas 193 perguntas de igual conteúdo, utilizadas pelo Afrobarometer e Vozes do Povo. Desse total, 75% das perguntas foram da ronda 7; 20% da ronda 6; 2% da ronda 5; e 3% da ronda 4. Finalmente, foram tornados compatíveis os códigos de resposta do Afrobarometer e Vozes do Povo, priorizando os códigos utilizados na base de dados Vozes do Povo – inspirados no questionário da ronda 6 do Afrobarometer.

No total se trabalhou com 83.817 casos entre as quatro rondas do Afrobarometer e o inquérito Vozes do Povo. Somando todos os casos, as perguntas utilizadas, e as estatísticas produzidas, o estudo envolveu quase 4,7 milhões de cifras (ou *data points*). A tabela que se segue oferece uma síntese da informação utilizada nesta pesquisa.

Vozes do Povo: Pesquisa comparativa de opinião pública					
Questionário do Afrobarometer	Ronda 4	Ronda 5	Ronda 6	Ronda 7	Total
Países tratados (inclui Guiné-Bissau)	11	16	17	18	18
Número de perguntas por inquérito	7	4	38	144	193
Total de casos em cada pesquisa	10.297	23.982	25.168	24.370	83.817

Questionário. As 193 perguntas partilhadas pelo Afrobarometer e Vozes do Povo compreendem uma ampla variedade de assuntos relacionados com:

- Situação do país e condições de vida
- Acesso às notícias e deliberação pública
- Valores políticos
- Participação social e política
- Autoritarismo, democracia e justiça
- Opiniões e perceções políticas
- Confiança e corrupção institucional
- Problemas do país e avaliação das autoridades
- Gestão pública e governo local
- Valores sociais
- Cooperação internacional e meio ambiente
- Identidades étnicas, tolerância e partidos políticos
- Bens de consumo e habitação
- Emprego e educação
- Religião

Calendário das rondas de pesquisa do Afrobarometer. O quadro abaixo mostra os anos em que foram feitas as sondagens por país nas últimas quatro rondas do Afrobarometer. O inquérito Vozes do Povo, pode-se ver, foi conduzido no período em que se efetuou a ronda 7 do Afrobarometer. O nível de confiança de todas as sondagens realizadas é de 95%, com margens de erro que oscilam entre 2 e 3%.

Calendário das pesquisas do Afrobarometer e Vozes do Povo				
Países	**Ronda 4**	**Ronda 5**	**Ronda 6**	**Ronda 7**
CEDEAO				
Guiné-Bissau *(Vozes do Povo)*	…	…	…	2018
Benim	2008	2011	2014	2017
Burkina Faso	2008	2012	2015	2017
Cabo Verde	2008	2011	2014	2017
Costa do Marfim	…	2013	2014	2017
Gâmbia	…	…	…	2018
Gana	2008	2012	2014	2017
Guiné	…	2013	2015	2017
Libéria	2008	2012	2015	2018
Mali	2008	2013	2014	2017
Níger	…	2013	2015	2018
Nigéria	2008	2013	2015	2017
Senegal	2008	2013	2014	2017
Serra Leoa	…	2012	2015	2018
Togo	…	2012	2014	2017
Não CEDEAO				
Malawi	2008	2012	2014	2017
Moçambique	2008	2012	2015	2018
São Tomé e Príncipe	…	…	2015	2018

Conclusão. A abrangência deste questionário, aplicado em 18 países africanos, permitiu-nos criar um estudo inédito. Comparar as perceções, atitudes e orientações populares nestes países possibilita uma análise que se reveste de grande importância para refletir sobre o passado, presente e futuro da Guiné-Bissau.[13] No capítulo 6 deste livro, Miguel Carter apresenta uma sinopse das principais descobertas feitas nesta leitura comparativa dos países que integram a CEDEAO.

[13] A pesquisa comparativa e toda a informação processada pode-se encontrar em Carter (2020b).

Referências

Afrobarometer (2020a). “Round 7 Merged Survey Results.” Planilha Excel.

Afrobarometer (2020b). “Round 6 Merged Survey Results.” Planilha Excel.

Afrobarometer (2020c). “Online Data Analysis.”
Fonte: www.afrobarometer.org

Afrobarometer (2014). *Round 6 Survey Manual: Compiled by the Afrobarometer Network*.
Fonte: www.afrobarometer.org

Backstrom, Charles e Gerald Hursh-César (1981). *Survey Research*, 2a edição. New York: Macmillan Publishing.

Bratton, Michael, Robert Mattes e E. Gyimah-Boadi (2005). *Public Opinion, Democracy, and Market Reform in Africa*. New York: Cambridge University Press.

Carter (2021). *Vozes do Povo: Relatório de mineração e análise de dados. A opinião pública na Guiné-Bissau.* Bissau: DEMOS.

Carter, Miguel (2020a). *Vozes do povo: Estudo de grupos focais na Guiné-Bissau.* Bissau: DEMOS.

Carter, Miguel (2020b). *Vozes do povo: Relatório da pesquisa comparativa. A opinião pública na Guiné-Bissau e outros países africanos.* Bissau: DEMOS.

Carter, Miguel. (2018). *Vozes do povo: A primeira pesquisa de opinião pública na Guiné-Bissau.* Bissau: DEMOS.

Cyr, Jennifer (2019). *Focus Groups for the Social Science Researcher.* Cambridge, UK: Cambridge University Press.

Han, Kangwook (2019). “Data Codebook for Round 7 Afrobarometer Survey.” Afrobarometer, manuscrito inédito (dezembro).

Krueger, Richard A. e Mary Anne Casey (2009). *Focus Groups: A Practical Guide for Applied Research*, 4th edition. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications.